

A GUERRA CONTRA A DESINFORMAÇÃO

Carlos Minc

Como deputado estadual, ministro do Meio Ambiente e secretário estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, enfrentei ao longo da carreira diversos casos de desinformação. Ainda na Rio-92, em atos ecológicos de protesto que promovíamos em vários locais da cidade, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio em junho de 1992, nós exibíamos um painel que chamamos de Mentirômetro – formado por um Pinóquio desenhado que tinha um nariz que ia crescendo na medida em que as autoridades governamentais dos países participantes iam discorrendo sobre suas supostas ações e metas ambientais pelo planeta. O nariz – uma vareta adaptada no painel – tinha uma escala que ia de zero a cem. Então, selecionávamos declarações de governantes, sobre a questão das baleias, dos povos indígenas, da tecnologia limpa etc. E formamos o que chamamos do Conselho do Mentirômetro, integrado por acadêmicos e especialistas na temática ambiental – como o saudoso Pinguelli Rosa, como Emilio La Rovere, da UFRJ, e integrantes do Greenpeace. À medida que os governantes mentiam, o nariz de Pinóquio aumentava progressivamente até atingir o limite máximo. A iniciativa tornou-se emblemática, expondo o contraste entre discursos oficiais e a realidade ambiental. O Mentirômetro, claro, foi um sucesso de público, de

mídia e de crítica, pois mentiras e maquiagem verde não faltavam.

Mas, atos públicos à parte, ao longo de minha carreira pública enfrentei questões concretas para lidar com várias situações de desinformação. Isso porque não basta apontar uma mentira. Afinal, como é que se consegue ultrapassar e fazer coisas decentes que interessem? Vou dar alguns exemplos. Eu fui por dois anos ministro do Meio Ambiente do Governo Lula (2008-2010). Reduzimos o desmatamento da Amazônia à metade, criamos o Fundo Clima e o Fundo Amazônia, e conseguimos aprovar a primeira Lei do Clima do Brasil, votada no Congresso com o apoio do presidente Lula. E, na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de Copenhagem, em dezembro de 2009, o Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a apresentar uma meta de reduções de suas emissões de gases de efeito estufa.

Quando assumi o Ministério do Meio Ambiente – sucedendo Marina Silva, que é minha grande companheira, que sempre apoiei e continuo apoiando –, todos os ministérios do então governo Lula eram contrários ao Brasil ter uma Lei do Clima, de redução das emissões, dentro daquela lógica de que isso era uma responsabilidade histórica dos países ricos. O que é absolutamente verdade. São países que se desenvolvem e crescem muito, mas há muito mais tempo. Eles têm condições financeiras e tecnológicas não só de reduzir gases poluentes, como de ajudar os países em desenvolvimento a reduzir suas emissões e de se preparar para as adaptações ao avanço das mudanças climáticas. Mesmo que todos façam o seu dever de casa, já há mudanças que estão sendo inexoráveis. Diante da oposição unânime dos ministérios, exceto o do Meio Ambiente,

foi necessário desenvolver estratégias específicas para viabilizar a proposta. Quais estratégias permitiram fazê-la avançar?

Os opositores diziam o seguinte: “Isso vai romper a aliança do Brasil com os países em desenvolvimento”, do que hoje chamamos de Sul Global, que eram na verdade 125 nações. Um dos que defendiam essa tese era o então ministro das Relações Exteriores, o meu colega de governo Celso Amorim, que não queria ouvir falar de se afastar desse consenso de países. Os opositores defendiam que os países desenvolvidos é que tinham que fazer esse esforço de redução de suas emissões históricas. Já o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, queria todo dia me matar, porque eu não deixava que ele fizesse usinas térmicas a carvão em tudo que era lado. As disputas eram frequentes na mídia. Eu até dizia para ele: "Lobão, se você está pensando que eu sou Chapeuzinho Vermelho, você está muito enganado a meu respeito”.

Era necessário enfrentar resistências no interior do governo, não só com o ministro Lobão, mas com vários outros da Esplanada dos Ministérios, para podermos avançar com nossas pautas ambientais. Quando se tem um governo de coalizão, a luta de classes e a luta ambiental vão para dentro do governo também. Diariamente, enfrentávamos resistências do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, um ruralista que era ministro da Agricultura, e que queria levar a cana-de-açúcar para o Pantanal; e com o então ministro dos Transportes, Alfredo do Nascimento, que queria asfaltar todas as grandes estradas da Amazônia, começando pela BR-319, que cortaria a parte mais preservada da Floresta Amazônica, de Manaus a Porto Velho, em Rondônia. O Stephanes, por sua vez, estava quase convencendo o presidente Lula de levar a cana-de-açúcar para ser plantada na Planície Pantaneira.

Em relação ao Pantanal, como é que se conseguiu vencer toda essa cadeia de desinformação, de pessoas que falaram que teria um grande ganho econômico para toda aquela região, sobretudo para a região Centro-Oeste, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul etc.? Recorremos a dados da Embrapa sobre a aptidão dos pastos degradados, que são 150 milhões de hectares para cana-de-açúcar. Metade deles é ótima para a plantação de cana-de-açúcar. Convencemos o setor sucroalcooleiro de que estigmatizar o álcool do Pantanal prejudicaria toda a indústria brasileira, reforçando barreiras protecionistas de países desenvolvidos. E o setor acabaria tendo prejuízo, e não ganhos econômicos. Nós conseguimos primeiro convencê-los, e depois o presidente Lula, que acabou vetando a entrada da cana-de-açúcar no Pantanal.

Era um conflito intenso, travado diariamente. Mas como foi que o Brasil, superando uma série de desinformações – como as alegações de que a agenda ambiental prejudicaria nosso desenvolvimento, nos isolaria nas negociações climáticas de Copenhague, em suma, de que tudo iria piorar – tornou-se o primeiro país a reverter essa situação? Inicialmente, foi necessário persuadir a então chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e outros ministros do governo, de que o Brasil já tinha várias vantagens em relação a outros países. Mesmo na agricultura, com o plantio direto, o Brasil já era o segundo país mais forte do mundo, sem precisar desmatar mais nenhuma área. E que, diferentemente da China e da Índia, o nosso problema central não era a liberação de gases de efeito estufa pelo setor energético, e sim a agricultura e o desmatamento. Fomos demonstrando progressivamente para várias áreas do governo que essas eram informações falsas e que, na verdade, o Brasil se beneficiaria avançando nesse sentido.

Naturalmente, foi necessário articular-se com os ministros de Meio Ambiente da África do Sul, da Índia, da China etc., e dizer: “Optamos por esta estratégia, mas a gente vai sempre dizer que a responsabilidade maior e prioritária é dos países ricos e poluidores”. Assim, em 2009, o Brasil se tornou o primeiro país em desenvolvimento a se comprometer com metas de redução do CO₂. Porque os países desenvolvidos já tinham estabelecido suas metas de redução, em 1997, no Protocolo de Quioto, tratado internacional firmado durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. E, assim como no caso da nossa disputa contra o ministro da Agricultura, que acabamos vencendo, tivemos que recorrer a boas e seguras informações para desmontar o discurso de desinformação contra a política ambiental do governo.

Diziam, por exemplo, que a cana-de-açúcar no Pantanal iria ser benéfica para o desenvolvimento da região. Estratégia semelhante à empregada atualmente na exploração de petróleo na Margem Equatorial da Amazônia. Aqueles a favor da exploração nessa sensível região ambiental estão querendo estigmatizar a equipe técnica e a direção do Ibama, como se fossem xiitas. Sempre afirmo o seguinte: tenho amplo conhecimento sobre a equipe técnica do Ibama, porque o escritório nacional do órgão que licencia o petróleo e gás é no Rio de Janeiro. São todos doutores, especialistas. Se esse escritório de petróleo e gás do Ibama fosse composto por um bando de xiitas, não tinha exploração do pré-sal, porque todos os poços da Bacia de Santos e da Bacia de Campos e Macaé foram licenciados por esse escritório do Ibama. A lógica é evidente. Então, é a velha tática de guerra desses antiecológicos: não podendo se firmar pelo lado ambiental, é preciso tentar estigmatizar, o que não deixa de ser uma *fake news*, uma mentira.

Outra questão: a energia eólica. Qual era a desinformação? Era cara, idealista, inviável. “Essa visão tem origem em modelos europeus, é coisa de ecologista desocupado etc.” Na época, em 2009, quando eu estava no Ministério do Meio Ambiente, a participação eólica na nossa matriz energética era de aproximadamente de 1%, um pouquinho menos. Para superar essas resistências, articulamos uma coalizão entre indústria, academia e governos estaduais, particularmente do Nordeste, região com maior potencial eólico, e produzimos um documento chamado Carta dos Ventos. O nome é poético, mas era um documento de duas folhas com dez pontos. O que fazer para alavancar a energia eólica no Brasil? Cito apenas os dois primeiros pontos. O primeiro era zerar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos equipamentos. Estamos falando de torres, geradores e hélices. O segundo era garantir leilão exclusivo para a energia eólica. Não existia leilão exclusivo. A energia eólica era colocada dentro dos leilões de energia junto com todas as outras fontes – e, claro, perdia de goleada. Como resultado, aprovamos esse documento, estavam lá alguns ministros, governadores, cientistas que ajudaram a gente. No mesmo ano, convencemos o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente Lula, que assinaram o fim do IPI para esses equipamentos. O então presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, garantiu o leilão. Assim, no mesmo ano, já seria promovido o primeiro leilão de eólica – que já vendeu para o futuro o dobro do parque eólico existente. O processo evoluiu. Hoje, a energia eólica é 12% da nossa matriz. Quer dizer, em 14 anos, passamos de 1% para 12%. Desde então, enfrentamos outros problemas energéticos. Sem a expansão da energia eólica, os impactos da seca teriam sido mais severos. É fundamental enfrentar não só com a desinformação de Musk, de Trump, desses alucinados, de

Bolsonaro, que uma vez disse esse absurdo: “A Amazônia não pega fogo porque é uma floresta úmida”.

Como se vê, mesmo dentro do próprio governo, de governos progressistas, temos que enfrentar a desinformação, como a que o Brasil iria ficar isolado no mundo, que a energia eólica era cara, impossível, que a cana-de-açúcar no Pantanal era uma maravilha da natureza, senão a gente não iria conseguir ser vanguarda no etanol, na energia alternativa. Nenhum desses argumentos era verdadeiro. Porém, não basta negar a falsidade. É necessário reunir informações sólidas, aliadas à consistência, força política e embasamento científico. E, com essa massa de boa informação e de luta política, saiu a Lei do Clima, saiu a energia eólica, não entrou a cana-de-açúcar no Pantanal. Por quê? Contávamos com dados consistentes e conseguimos desmontar a desinformação na sociedade, e até na própria esquerda, como está acontecendo agora com a questão da Margem Equatorial do Amazonas.

No Rio de Janeiro, temos outros exemplos dessa luta diuturna contra a desinformação. Como no caso da situação da Mata Atlântica. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) e o SOS Mata Atlântica, o Rio de Janeiro chegou a ser o maior desmatador da Mata Atlântica no Brasil, entre os anos de 2000 e 2006. Quando chegamos aqui no governo estadual, à frente da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), uma das várias medidas de proteção da Mata Atlântica foi a criação ou ampliação de 16 parques no estado do Rio de Janeiro. Criamos parques como o da Costa do Sol, na Região dos Lagos, e o da Pedra Selada, na região de Visconde de Mauá e Itatiaia. E duplicamos parques como o da Ilha Grande e dos Três Picos, na Região Serrana. Em cada um deles, houve uma guerra, principalmente contra a especulação imobiliária. Fizemos

também uma lei – a Lei do ICMS Verde –, que não aumenta o imposto, mas dá mais dinheiro para aquelas prefeituras que avançarem em três linhas: linha azul, qualidade da água, saneamento; linha marrom, acabar com lixão, e expandir coleta seletiva; e a linha verde, criar e ampliar parques, unidades de conservação. Isso significava dinheiro.

Vou dar um exemplo concreto de como avançamos na preservação do nosso verde, com instrumentos como o ICMS Verde – e que, com o tempo, fizemos com que o Rio de Janeiro se tornasse o estado que menos desmata a Mata Atlântica. Buscávamos implementar o segundo maior parque estadual do Rio de Janeiro, o Parque Cunhambebe, que engloba áreas dos municípios de Rio Claro e de Mangaratiba. Mas o prefeito de Mangaratiba, como a maioria dos prefeitos, foi contra. Dizia que o parque era um absurdo, que a prefeitura não iria arrecadar IPTU. E que os “ecochatos de plantão” – ou seja, nós – ainda iríamos cobrar dele para proteger, para não deixar invadir, não deixar queimar, fazer educação ambiental com a população do entorno. Apresentamos ao prefeito, que já tinha contratado dois ônibus para levar para a audiência pública sobre o futuro parque, para lutar contra a sua implantação. Demonstramos ao gestor quanto de dinheiro o município ganharia a mais por conta da nova Lei do ICMS Verde, porque a maior parte dos recursos seria destinada a Mangaratiba. Eram um pouco mais de R\$ 3 milhões por ano – o que, para um município pobre, era muito dinheiro. Diante dos benefícios econômicos apresentados, o prefeito alterou sua posição, passando a apoiar a criação do Parque Estadual Cunhambebe. A mudança de postura demonstrou a eficácia do instrumento econômico. Então, essa é uma das formas, mas não é única. Não estou querendo monetarizar a luta contra a desinformação e a mentira. O que quero destacar é que, além da consciência ambiental, além da boa informação e da

boa comunicação, é preciso estar escorado em mecanismos que desmintam completamente a desinformação. É como no caso dos nossos cientistas que deram um show na briga pela vacina, contra o obscurantismo, usando vários mecanismos de convencimento. Mas nada é fácil. É uma luta muito terrível. As pessoas às vezes preferem acreditar na mentira. Essa que é a verdade. Às vezes, a mentira é conveniente. Uma mentira conveniente, uma mentira fácil de aceitar e que cola. E que se funde em outros mitos religiosos, não religiosos, comportamentais. Diante disso, é fundamental ocupar as redes sociais mostrando, combatendo isso, empregando diversos recursos, usando dados confiáveis, usando instrumentos de boa informação, usando humor, usando falas, exemplos pessoais, mostrando como essas coisas acontecem, e como podem suceder de forma diferente.

E nessa luta, o apoio da academia tem sido essencial. Aqui mesmo da UFRJ, onde já participei de vários eventos. Eu já dei aula na Geografia Econômica da UFRJ. Participei de vários debates. E quando desenhamos, no Ministério do Meio Ambiente, a primeira lei de um país em desenvolvimento de mudanças climáticas, foi essencial a participação de cientistas da UFRJ, como o Emilio La Rovere, o professor Pinguelli, a professora Suzana Kahn e vários outros a quem eu homenageio sempre. Pois frequentemente os cientistas consideram que essa questão é para os comunicólogos, não é para os cientistas. Mas não é verdade. Se não aprofundamos essa questão, nós vamos ser sempre os iluminados que serão derrotados, cujos argumentos técnicos não são compreendidos por ninguém.

Nós, da área acadêmica, da área climática, usamos entre nós jargões como “mitigação”, “adaptação”. Para 95% das pessoas, isso é grego. Mas temos que conseguir traduzir as

grandes questões climáticas para o dia a dia das pessoas. É preciso demonstrar que, com o desmatamento na Amazônia, haverá menos chuva, menos água, que a conta de luz vai aumentar, comprometendo tanto a camada de ozônio quanto o orçamento familiar. Se não se conseguir ligar a questão climática à saúde, à cidade e ao dia a dia das pessoas, nós estaremos eternamente dizendo que o povo não entende a emergência climática; embora ele esteja sensibilizado com as tragédias. Cabe aos especialistas desenvolver formas eficazes de comunicar questões complexas para o público geral, que constitui a base da sociedade. Não se pode limitar a comunicação para uma bolha de entendidos. É imprescindível atuar nas plataformas digitais para disputar contra o discurso da desinformação. Para podermos dar um “Viva a Ciência!” e um “Fora o obscurantismo!”.

Como citar o capítulo:

MINC, Carlos. A guerra contra a desinformação. *In*: LOPES, Bianca; BORGES, Juliano. (org.). **Integridade da informação**: desafios para a reconstrução do debate público digital. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132277.cap6>